

## **IMPLICAÇÕES DA COMERCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, A PARTIR DO ENSINO PADRONIZADO, NA SINGULARIDADE DO ALUNO**

Victoria Teixeira Riether

Atualmente vivemos em uma sociedade em que o ensino privado é mais reconhecido do que o ensino de uma escola pública. Em questões levantadas por Silva (2003), podemos discutir sobre a escola pública como uma instituição de controle social, em que os estudantes são ajustados a um modelo civilizatório que os prepara para desempenhar papéis, se adaptando às suas normas e valores, sendo obrigados a alcançar resultados e obter rendimentos definidos previamente.

Ainda em relação às escolas como instituições de controle, Silva (2003) também apresenta informações sobre financiamentos, em que o Brasil solicita empréstimos ao Banco Mundial, sustentando uma sociedade capitalista. As ações do Banco Mundial modificam as ações pedagógicas, impondo um processo de ensino e aprendizagem em que alunos são premiados, punidos, corrigidos e classificados, visando sempre a um alto rendimento, a uma comercialização do conhecimento com estudantes prontos para servirem ao mercado.

Diante dos fatos apresentados, cabe questionar sobre quais as implicações da comercialização do conhecimento, a partir do ensino padronizado, na singularidade do aluno.

Moreira (2014) discorre sobre a comercialização do conhecimento e sobre as trajetórias idealizadas por políticas sociais que visam sempre a expansão econômica, sobre a educação escolar e sua qualificação de mão de obra especializada. Pode-se perceber que existe uma cultura já estabelecida em relação à escola pública, já que a maioria dos alunos são de baixa renda e buscam o ensino como forma de ascensão, para melhorar sua qualidade de vida. O estudo e o conhecimento se tornam um produto comercial em que é padronizado um ritmo de desempenho.

A meu ver, muitos alunos são classificados e culpados por não aprenderem o conteúdo dado quando, na verdade, a escola utiliza de conceitos que dificultam o entendimento e conhecimento daquele aluno sobre determinado conteúdo. Ainda acabam censurando, oprimindo e comparando o estudante, fazendo com que ele se sinta incapaz de aprender e até mesmo de alcançar seus próprios objetivos.

Essa dificuldade na aprendizagem também está diretamente relacionada à padronização de um ritmo de desempenho. O termo “dificuldade de aprendizagem” é utilizado no meio acadêmico de maneira tão abrangente que não sabemos realmente o que

ele significa e quais os critérios para tal diagnóstico. Em seu artigo, Boto (2003) comenta sobre a naturalidade que com que levamos a cultura da escola graduada, a divisão por idade com exames que avaliam de forma sistemática os graus de aprendizado e a reprovação daqueles que não conseguem acompanhar o ritmo imposto para o ensino, sendo que tal reprovação não faz com que os alunos se tornem mais ou menos inteligentes.

Nessa mesma perspectiva, Moreira (2014) explana que a dificuldade de aprendizagem surge a partir da educação bancária, sendo esta um modelo de educação conservador que acaba oprimindo a liberdade de expressão do aluno. Em tal modelo é esperado que o aluno seja exemplar em todos os aspectos, levando-o a uma alienação de si, pois esse modelo desconsidera a grande diversidade de ritmos existentes e classifica como errado qualquer comportamento diferente do esperado e imposto. O comportamento diferente gera a necessidade de uma solução, de um diagnóstico que resolva o problema e retire a culpa da escola e a coloque sobre o aluno, sendo este, então, classificado com uma dificuldade de aprendizagem e sofrendo as consequências de tal título.

É importante que se pare de colocar o problema apenas no aluno. Existem diversos fatores, intrínsecos e extrínsecos, que dificultam o aprendizado e fazem com que o conteúdo não seja absorvido de uma forma igualitária. Cada ser humano apresenta sua singularidade e comportamento diferenciado dos demais e, se somos seres únicos, não deveríamos ter que aprender tendo por base uma única forma. O Estado oferece um controle social por meio da aprendizagem e, a meu ver, a escola vive para cumprir com a sua programação, cobrando a adequação e o desempenho do aluno em um intervalo de tempo.

Como exemplo atual, podemos perceber que, durante o contexto de pandemia que estamos vivendo, nossa única alternativa é tentar aprender a partir do método de ensino desenvolvido às pressas, para que os prazos estipulados pudessem ser cumpridos, não importando se o aprendizado foi realmente efetivo. Além de que, diante do novo normal, muitos alunos não possuem os meios para um ensino adequado, como um computador e uma internet de boa qualidade em casa, e tais dificuldades vêm tornando a proposta de ensino igualitário uma realidade cada vez mais distante. Dito isso, muitos alunos estão sentindo de forma mais intensa e escancarada o modelo de ensino comercializado, em que, para não haver prejuízos financeiros às instituições, somos obrigados a deixar de lado nossa preocupação com o ensino de qualidade e a aprendizagem em si, para priorizar a conclusão do semestre.

Silva (2003) apresenta em seu texto que, embora seja afirmado que a educação pode ser utilizada para diferenciar os indivíduos e promover equalização social, o sistema

educacional brasileiro, até hoje, sustenta o autoritarismo, a verticalidade, o gerenciamento e o clientelismo nas relações sociais e políticas. Além de apresentar desigualdades e se basear em um modelo de sociedade que observa a escola com a função de ajustar os indivíduos.

Com base nos temas abordados, é necessária a valorização de diversas formas de aprendizado, uma vez que, devido à sua singularidade, cada aluno apresenta um ritmo de aprendizagem. Esses ritmos únicos e singulares são impossíveis de serem reduzidos a uma nota, a uma menção ou a um boletim escolar. Não devemos ter como objetivo tornar todos iguais, adaptá-los às normas de uma sociedade autoritária e escolarizada, mas sim valorizar as diferenças que nos tornam únicos. Devemos mudar o entendimento da escola sobre a padronização do conhecimento, mudar a cultura que está enraizada na sociedade e buscar promover a liberdade de expressão e o direito de exercer sua diversidade.

## **REFERÊNCIAS**

BOTO, C.. A civilização escolar como projeto político e pedagógico da modernidade: cultura em classes, por escrito. **Caderno Cedes**, Campinas, v.23, n.61, p.378-397, Dec. 2003.

MOREIRA, D. L.. **Dificuldade de aprendizagem: um conceito oriundo da educação bancária**. 2014. 82f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - UniCEUB, Brasília, 2014.

SILVA, M. A.. Do projeto político do Banco Mundial ao projeto político-pedagógico da escola pública brasileira. **Caderno Cedes**, Campinas, v.23, n.61, p.283-301, Dec. 2003.